

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETOS ESTRATÉGICOS E MEDIDAS PARA O COMBATE AOS CRIMES DE CORRUPÇÃO, CRIME ORGANIZADO E CRIMES VIOLENTOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA




PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL


**Nas páginas seguintes apresentaremos algumas ações em curso no
Ministério da Justiça e Segurança Pública.
O rol não é exaustivo. São exemplos de medidas já efetivadas ou em andamento.**

Recomposição das equipes da Operação Lava Jato


1. Delegacia de Repressão a Corrupção e Desvio de Recursos Públicos no **Paraná**

 De **30** para **55** policias federais
AUMENTO DE 83%

2. Delegacia de Repressão a Corrupção e Desvio de Recursos Públicos no **Rio de Janeiro**

 De **42** para **52** policias federais
AUMENTO DE 24%

3. Delegacia de Repressão a Corrupção e Desvio de Recursos Públicos em **São Paulo**

 De **36** para **45** policias federais
AUMENTO DE 25%

4. Delegacia de Repressão a Corrupção e Desvio de Recursos Públicos no **Distrito Federal**

 De **33** para **40** policias federais
AUMENTO DE 21%

5. Serviço de Inquéritos Especiais – **Brasília (DF)**

 De **08** para **42** policias federais
AUMENTO DE 525%

Fortalecimento da Polícia Federal

Convocação de mais **1.200 policiais federais** aprovados em concurso público. A medida **recompõe os quadros da Polícia Federal e fortalece o combate ao crime organizado e à corrupção.**

Operações da Polícia Federal

Do dia 1º de janeiro de 2019 até o dia 30 de abril de 2019, **594 operações** foram realizadas pela Polícia Federal. Investigações sobre desvios de recursos públicos, saques indevidos de precatórios, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, transporte aéreo internacional de drogas, contrabando, pornografia, fraudes em tributos, fraudes em moedas falsas são alguns exemplos de ações realizadas pela PF desde o início da atual gestão do Ministério.

Resultados das atuações PF e PRF

POLÍCIA FEDERAL

Apreensões (até abril/2019)

29.7

toneladas de cocaína

40

toneladas de maconha

5

toneladas de outras drogas

15 MILHÕES

de maços de cigarros (avaliados em R\$ 75 milhões de reais mais um prejuízo de R\$ 60 milhões em tributos sonegados)

1.137

toneladas de maconha (estimativa de produção preventivamente destruída no Paraguai na Operação Nova Aliança)

90

toneladas de maconha (estimativa de produção preventivamente destruída no Nordeste do Brasil na Operação Facheiro)

Apreensão e sequestro de bens do tráfico de drogas avaliados em

68 MILHÕES DE DÓLARES NO PARAGUAI

(Operação Spectrum conjunta entre governo paraguaio e Polícia Federal brasileira)

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Apreensões (até abril/2019)

63,05

toneladas de maconha

5,9

toneladas de cocaína

31.101.130

maços de cigarro

527

armas de fogo

20.526

munições

2.096

veículos recuperados

10.535

pessoas presas

Combate ao Crime Organizado

OPERAÇÃO IMPERIUM

- Isolamento carcerário das lideranças para enfrentamento e desmantelamento das organizações criminosas;
- Em 13/02/2019 foi realizada operação coordenada entre diversos órgãos para a **transferência de 22 membros da facção criminosa PCC, entre eles o líder da organização criminosa**, de estabelecimento prisional de São Paulo para penitenciárias federais.
- No mesmo dia, foi publicada a Portaria nº 157/19, que proibiu visitas sociais em presídios federais de segurança **máxima**, com o objetivo de impedir possíveis comunicações criminosas por meio da vedação do contato físico dos presos com eventuais visitantes. **A comunicação passou a ser somente por parlatório e com gravação.**

Exemplos da atuação de vigilância policial intensificada para combater o tráfico de drogas, armas e outros crimes






- **Destruição de plantações de drogas:** este ano, 505 mil de pés de maconha foram erradicados na região do Sertão de Pernambuco, com a realização de duas operações da Polícia Federal: Facheiro I (234 mil) e Facheiro II (271 mil).
- **Apreensão** pela Polícia Rodoviária Federal de 157,5 quilos de cocaína em Ji-Paraná em 16/04/2019;
- **Operação Flying Low (Polícia Federal): apreensão de meia tonelada de cocaína e um helicóptero no interior de SP em 13/04/2019.** A operação teve por objetivo combater **organização criminosa** envolvida com **tráfico ilícito de entorpecente**, realizado por meio aéreo. As investigações duraram cerca de um ano.



OPERAÇÃO LÁBARO

SEGURANÇA VIÁRIA

De 14/03/2019 e 28/04/2019

	MACONHA	18,37 (TON)
	COCAÍNA	2,11 (TON)
	ARMAS DE FOGO	155 (UN)
	MUNIÇÕES	10.035 (UN)
	CIGARROS	10,7 MILHÕES (MAÇOS)

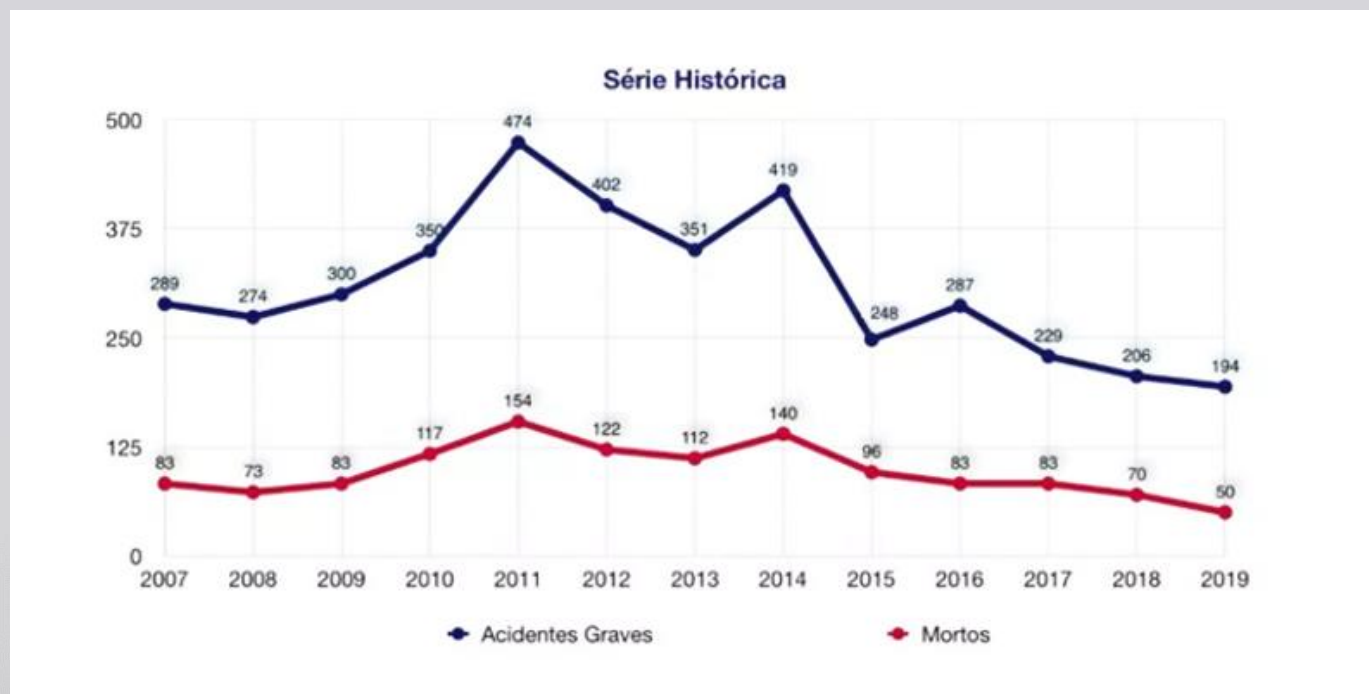
Mobilização simultânea de 500 policiais rodoviários federais em ações coordenadas pela inteligência em diversas áreas do território nacional. Recursos limitados, sendo aplicados com foco, potencializam resultados.

- **Operação Arquimedes (Polícia Federal):** objetivo de desarticular esquema de corrupção responsável por extração ilegal de madeira na floresta amazônica. A operação investiga a corrupção entre servidores de órgão ambiental estadual, engenheiros florestais, detentores de planos de manejo e proprietários de empresas madeireiras. Marco do início da utilização de uma ferramenta tecnológica de imagens de satélite, que possibilita à Polícia Federal identificar novos focos de desmatamentos quase que diariamente, resultando numa melhor fiscalização e no aumento das ações in loco.



Segurança nas Estradas

- **Operação Semana Santa 2019 – Polícia Rodoviária Federal:** Redução do número de acidentes e de vítimas fatais nas rodovias federais durante o feriado da Páscoa. **Menores números em doze anos.** O mesmo já havia ocorrido na Operação Carnaval 2019.



Resultados da atuação da PRF em 2019

	2018 01/01 A 30/04	2019 01/01 A 30/04	VARIAÇÃO
VEÍCULOS FISCALIZADOS	1.115.279	2.597.681	133%
TESTES DE ALCOOLEMIA	591.210	663.352	12%
IMAGENS CAPTURADAS POR RADAR	2.309.000	2.379.650	3%
ACIDENTES (TOTAL)	25.234	20.916	-17%
ACIDENTES GRAVES	5.643	5.396	-4%
PESSOAS FERIDAS	25.562	24.869	-3%
VÍTIMAS MORTAIS	1.717	1.590	-7%

Drogômetros

- Portaria nº 384, de 10 de abril de 2019, **criou grupo de trabalho** para realizar estudos e elaborar documentos técnicos visando à implementação e utilização de tecnologias de *screening* para detecção de substâncias psicoativas em condutores de veículos no trânsito brasileiro.
- O dispositivo funciona de forma parecida com o bafômetro, que identifica a presença de álcool no organismo e tem o objetivo de prevenir acidentes de trânsito. Usado em países como Estados Unidos, Austrália e Canadá para o combate a entorpecentes e políticas de segurança da coletividade no trânsito, o aparelho é capaz de detectar, em cinco minutos, o uso de substâncias ilícitas, como maconha, cocaína e anfetaminas, a partir de amostras de saliva de motoristas.

Alerta Brasil 3.0 / Polícia Rodoviária Federal

- Programa de monitoramento de veículos nas rodovias federais por meio de câmeras com leitor de placas.
- Expansão do Sistema:
- **394 pontos de monitoramentos** por câmeras;
- **197 pontos de alarme** já operando em postos da PRF (acréscimo de 97% em relação a 1º de janeiro de 2019);
- Até 31 junho, serão entregues mais **78 novos pontos de alarme**, e outros **180 pontos de monitoramento** por câmeras, totalizando **275 pontos de alarme** em todo o país (acréscimo de 175% em relação a 1º de janeiro de 2019) e **574 pontos de monitoramento por câmeras** (acréscimo de 92% em relação a 1º de janeiro de 2019);

-
- **Integração do SPIA (Sistema Integrador de Informações de Segurança Pública) com sistema Alerta Brasil/PRF;**
 - O SPIA concentra informações em banco de dados e se utiliza de algoritmos de **análise de inteligência** para gerar indicativos de abordagem policial.
 - Atualmente são **1.169 pontos de monitoramento** por câmeras **integrados** ao Alerta Brasil;
 - Adequação do sistema nos estados já operacionais (CE, PB, BA e PA), já em andamento;
 - Previsão de entrega do plano de expansão (para todos os estados do Brasil) - agosto/2019;
 - Após a expansão dos sistemas, existirão **1.743 pontos integrados de monitoramento** por câmeras.
-

Protocolo de disseminação de conhecimento de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

- Disponibilização da base de dados do Alerta Brasil para Polícia Federal (projeto piloto): início em Julho/2019;
- Pactuação de acesso à base de dados Alerta Brasil aos demais Órgãos de Segurança Pública da União, Estados e Municípios – previsão para dezembro/2019;

Criação da Secretaria de Operações Integradas (Seopi)

- **Objetivo:** promover a integração das atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos federais, estaduais, municipais e distrital dentro do que prevê o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído pela Lei nº 13.675/2018.

Adequação e ampliação da atuação do Centro Integrado de Comando e Controle (CICCN) para grandes eventos e operações integradas

- O **CICCN** é importante ferramenta de integração, permitindo o acompanhamento e monitoramento de ações que envolvem a mobilização entre os agentes de segurança de todo país. Exemplo disso é a recente **Operação Luz da Infância 4**, que teve por objetivo o combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Também serão alinhadas e assistidas pelo CICCN as estratégias de segurança para a realização dos eventos da **Copa América**, sediados no Brasil.

OPERAÇÃO LUZ NA INFÂNCIA 4

COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL



Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública

- **Os centros serão instalados nas cinco regiões do país.** Visam a integração e coordenação de informações de inteligência entre os órgãos de segurança pública dos entes federados de todas as esferas;
- **O Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional** foi inaugurado em 3/5/2019;
- **Regional Nordeste:** está instalado em Fortaleza/CE desde 07 de dezembro de 2018;
- **Regional Sul:** será inaugurado em Curitiba/PR em 10 de maio de 2019;
- **Regional Norte:** previsão para implantação até o fim de 2019.

Instalação de Unidades Integradas de Combate ao Crime Organizado - *Fusion Center*

- **Objetivo:** trabalho ostensivo nas fronteiras. As unidades de operações integradas, chamadas *Fusion Centers*, serão implantadas para coordenar operações policiais ostensivas de fronteira e, também, para fazer gestão de investigações policiais por meio de agências multidisciplinares, compostas por diferentes representantes das forças de segurança pública;
- A primeira unidade será instalada no Município de Foz do Iguaçu/PR (Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria n.º 264, de 25 de março de 2019, MJSP).

Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta

- Ação concertada entre as Forças de Segurança da União, Estados e Municípios para redução drástica da criminalidade;
- Prevenção social e repressão qualificada;
- Efetivação por meio de contrato de gestão de segurança local;
- Projeto piloto em cinco cidades com alto índice de homicídios (uma em cada região do país), incluindo atenção à prevenção e resolução dos crimes de **feminicídio**, em crescente escalada;
- Diagnóstico e plano local de segurança específico para cada cidade piloto;
- Ações interministeriais – tratativas com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Ministério da Economia, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e Ministério do Desenvolvimento Regional, com futura inclusão de outros ministérios;
- Estruturação do programa – 1º semestre/2019;
- Implementação nos Municípios – 2º semestre/2019.

Estatísticas Criminais

- **Sinesp Integração**
- Houve adesão pelas 27 unidades da federação ao módulo de estatísticas criminais do SINESP, o que possibilitou a disponibilização de dados oficiais atualizados, a partir de 2015, no Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre os seguintes crimes: estupro, furto de veículo, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo à instituição financeira, roubo de carga, roubo de veículo, roubo seguido de morte (latrocínio) e tentativa de homicídio.
- Dados atualizados e validados pelos estados em 15/03/2019 estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/sinesp-1/bi/dados-seguranca-publica>
- Integração dos Boletins Eletrônicos de Ocorrências: 22 Unidades da Federação integradas e homologadas; 03 Unidades da Federação integradas e em fase de homologação; e 02 Unidades da Federação em tratativas técnicas.

Controle de Armas – SINARM II / Polícia Federal

Implantação em 22 de abril de 2019 do novo Sistema Nacional de Armas – Sinarm II. Desenvolvido em uma plataforma mais moderna, o novo sistema **aprimora o controle de armas e melhora os serviços ao cidadão**. Requerimentos de aquisição, transferência, emissão e renovação de registro, guia de trânsito, ocorrência e porte de arma de fogo serão realizados pela internet, no Portal da Polícia Federal (www.pf.gov.br). Todo o processamento dos pedidos será realizado no próprio sistema. O resultado do processo será lançado no cadastro da arma. Além disso, o cidadão poderá acompanhar seu requerimento por e-mail ou pela internet. Também será possível verificação de autenticidade na internet dos documentos gerados pelo Sinarm II.

Intervenções da Força Nacional

- A Força Nacional de Segurança Pública destina-se a realizar o policiamento ostensivo, repressivo e outras ações de auxílio aos órgãos de segurança pública locais na preservação da ordem pública, na integridade e segurança das pessoas e do patrimônio, atuando também em situações de emergência e calamidades públicas;
- O **Estado do Ceará** teve seu policiamento prontamente reforçado pela Força Nacional desde o início do mês de janeiro em decorrência do desencadeamento de uma onda de ataques às cidades cearenses orquestrada por facções criminosas. Após atuação da FNSP, em conjunto com outras forças de segurança pública estaduais e federais, **houve substancial redução das ações causadas por grupos criminosos**. Adicionalmente foram disponibilizadas dezenas de vagas para a transferência de lideranças criminosas do Estado para os presídios federais de segurança máxima;
- A FNSP atualmente participa de 38 operações, sendo 24 em **fronteiras** (operações de Polícia Ostensiva de Fronteiras).

-
- Desde o início de 2019 houve autorização e/ou prorrogação do uso da Força Nacional de Segurança Pública em 11 Unidades Federativas, quais sejam: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Sergipe, a fim de possibilitar a continuidade das operações de segurança em andamento;
 - Somam-se a essas a autorização de uso da FNSP em **Moçambique**. Desde o dia 1º de abril, 20 bombeiros da FNSP atuam na missão humanitária do governo brasileiro no referido país. Em março, um desastre causado pelo Ciclone Idai atingiu mais de 1,8 milhão de pessoas em Moçambique. A estadia da FNSP foi prorrogada até 7 de Junho com substituição do efetivo original por outros 24 bombeiros. **Essa é a primeira missão internacional da FNSP;**
 - **Atualmente** estão vigentes as operações da **FNSP** nos Estados do **Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Norte e Roraima, bem como a operação de Moçambique;**
 - O total atualizado de profissionais envolvidos nessas operações é de 1.084 homens e mulheres;
 - A FNSP ainda teve importante desempenho nas ações de busca e salvamento das vítimas em **Brumadinho/MG**, após o rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão.
-

Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP)

- Grupo formado para dar suporte aos estados da federação, em caráter episódico e planejado, no caso de situações críticas no sistema penitenciário. A FTIP é composta por agentes federais de execução penal e agentes penitenciários estaduais.
- Destacamos a atuação de 3 Forças-tarefas de Intervenção Penitenciária neste ano:
- FTIP do **Ceará**;
- FTIP de **Roraima**;
- FTIP do **Distrito Federal** em função da **Operação IMPERIUM**.
- O total atualizado de profissionais envolvidos nessas operações é de **122 pessoas**.

Contratação de agentes penitenciários aprovados no concurso de 2015

No dia 08 de março, o presidente Jair Bolsonaro assinou um decreto autorizando a nomeação de 140 aprovados no certame, sendo 120 classificados no cargo de Agente Federal de Execução e 20 no cargo de Especialista em Assistência Penitenciária. A nomeação dos novos servidores foi realizada por meio da Portaria 185, publicada em 6 de maio de 2019.

Maximização da Geração de Vagas em Unidades Prisionais para melhorar a situação prisional

- Objetiva-se **aumentar a execução orçamentária** e aperfeiçoar a aplicação dos recursos e acompanhar as obras de unidades penais, financiadas com recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias aos estados, o que deverá gerar, **aproximadamente, de 10.000 a 20.000 novas vagas ainda em 2019 e, pelo menos, de 20.000 a 30.000 vagas em 2020;**
- No primeiro trimestre de 2019 foram abertas **2.841 novas vagas** no sistema prisional dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará e Santa Catarina. Os investimentos ultrapassam os R\$ 172 milhões de reais;
- A criação de novas vagas visa diminuir o problema da superlotação carcerária, permitindo maior controle dos presídios e redução de tensões internas, minimizando assim a possibilidade de rebeliões.

Ações para maximização de vagas em presídios

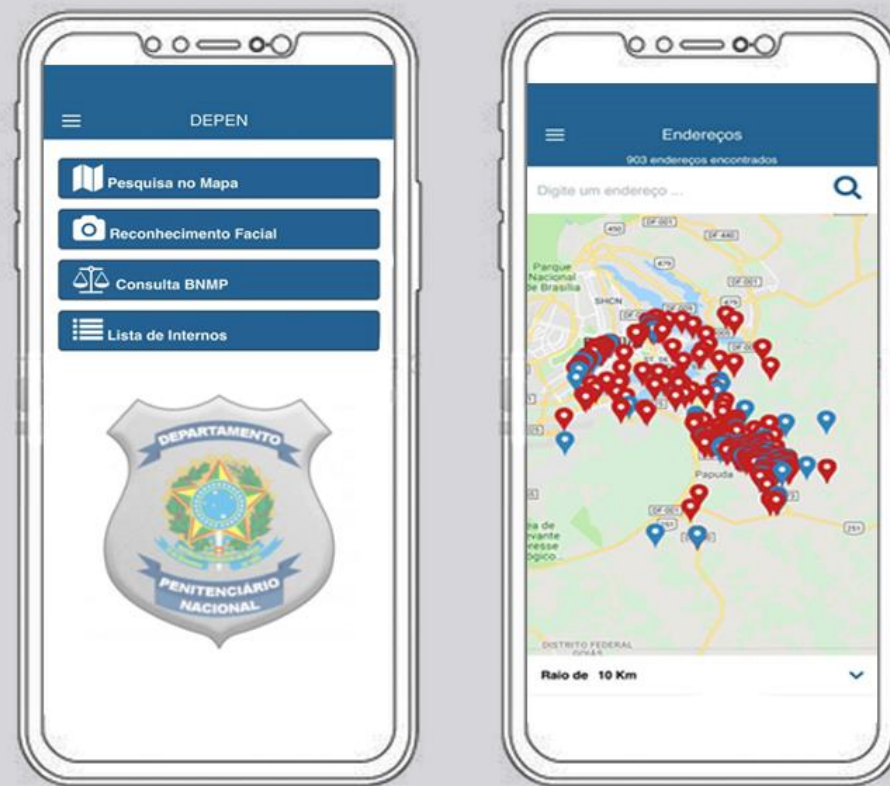
- **Contratação de mais engenheiros** - está em processo de elaboração uma medida provisória que altera a Lei 8.745/93, para possibilitar a contratação de engenheiros, por tempo determinado, no âmbito do Depen, a fim de dar celeridade na análise dos projetos apresentados pelos Estados;
- O Ministério da Infraestrutura cederá 15 engenheiros e 12 técnicos para auxiliar nas atividades do Depen;
- **Projetos Arquitetônicos Padronizados;**
- Há a previsão ainda no ano de 2019 de disponibilização aos estados de 02 projetos arquitetônicos padronizados de unidades prisionais. Até 2021, serão mais 04 projetos. Tal ação se dará por **meio de cooperação técnica com a Universidade de Brasília – UnB.**

Inteligência no Sistema Prisional

Criação da Diretoria de Inteligência Penitenciária – DIPEN, no âmbito do Depen, por meio do Decreto 9662, de 1º de janeiro de 2019, com a finalidade de **integrar** os dados de inteligência prisional com os entes da federação, para subsidiar estratégias de melhorias do sistema prisional brasileiro e de combate ao crime organizado.

Aplicativo QappDepen

- O aplicativo QappDepen é uma **ferramenta de inteligência** derivada do projeto de Business Intelligence (BI) da Diretoria de Inteligência Penitenciária do DEPEN.
- Unifica as informações das bases de dados dos sistemas penitenciários estaduais, do DF e do Sistema Penitenciário Federal, criando a base nacional de custodiados.
- As informações servirão para subsidiar os agentes da segurança pública durante a execução de suas tarefas.
- O projeto piloto do aplicativo está em desenvolvimento.



Dados sobre Fundo Nacional de Segurança Pública

Previsão de arrecadação

Fundo Nacional de Segurança Pública

TOTAL	516 milhões
Repasse aos Estados (50%)	258 milhões
Previsão de arrecadação (loterias) 2019:	1,1 bilhão




Disponibilização de atas de registros de preços aos Estados para aquisição de viaturas, coletes, drones, equipamentos de informática, capacetes (246 mil itens disponíveis para aquisição pelos estados com recursos do próprio Estado);

Orçamento previsto de 270 milhões para aquisições de 2019.

Pró-Vida: Financiamento Habitacional para Profissionais de Segurança Pública

Instituído Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Portaria 456, publicada em 29/04/2019, para elaborar proposta de programa habitacional para os Profissionais de Segurança Pública. O programa deve contemplar as especificidades de cada ente federado, bem como de cada categoria dos Profissionais de Segurança Pública, com foco naqueles com moradias em locais de risco.



Banco Nacional de Perfis Genéticos

Ferramenta eficiente para elucidação de crimes

HOJE

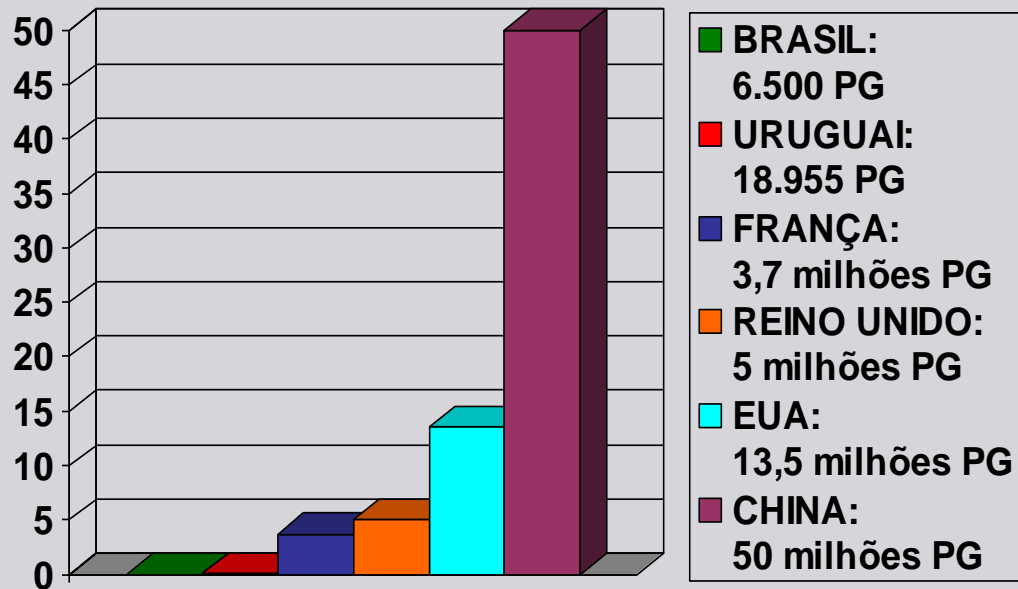
- 6.500 perfis genéticos de condenados;
- 440 investigados;
- 7.800 vestígios de local de crime;
- 559 investigações auxiliadas pela ferramenta.

META

- Em 2019, inserir 65.000 novos perfis genéticos;
- Até 2022, inserir o perfil genético de todos os condenados por crimes dolosos;
- Análise de todas as amostras pendentes até 2022.

Banco Nacional de Perfis Genéticos

Comparativo com outros países



Com a aprovação do PL 882/19, a expectativa é de ampliar a coleta de perfis genéticos até aproximadamente 750 mil, que representa a quase totalidade da população carcerária brasileira.

Instrumento de Coleta de Perfil Genético



Caso Concreto - elucidação de crime

O resultado do cruzamento de DNA colhido em cenas de crime com o material genético de um suspeito, preso no fim do ano passado, conseguiu provar a participação dele em **três crimes distintos**. No homicídio do agente federal de execução penal Alex Belarmino, em Cascavel (PR), ocorrido em 2016; no roubo à base da Prosegur, em Ciudad Del Este, Paraguai, em 2017; e na explosão de caixa eletrônico do Banco do Brasil, em Campo Grande (MS), no mesmo ano.

Caso Concreto - elucidação de crime

Violência contra a mulher

- Outro cruzamento de DNA identificou o autor de **estupros em série**, cometidos em diversas localidades, com até dois mil quilômetros de distância. O criminoso foi preso em Rondônia após roubar e estuprar uma secretária de um consultório odontológico e então foi coletada sua amostra de DNA. O material foi confrontado com outros vestígios de crime e atualmente o criminoso é investigado pela autoria de mais de **50 crimes de estupro**.
- O caso ganhou destaque e está no “**Top 17 Case**” no **Concurso Internacional DNA Hit of The Year**.



<http://www.dnaresource.com/hitoftheyear-2019.html>

Registro Sindical em meio digital

Transparência, celeridade e economia de recursos públicos

META 1: reduzir em 99% o tempo entre a solicitação e a distribuição;

Tempo médio de distribuição reduziria de 919 dias para:

365 dias em 31/12/2019 (redução de 60%);

180 dias em 30/06/2020 (redução de 80%);

60 dias em 30/09/2020 (redução de 93%);

10 dias em 31/12/2020 (redução de 99%);

META 2: reduzir em 82% o tempo entre a solicitação e a decisão final;

Antes: 4 anos

Agora: 9 meses

ANTES



Arquivos em papel

DEPOIS



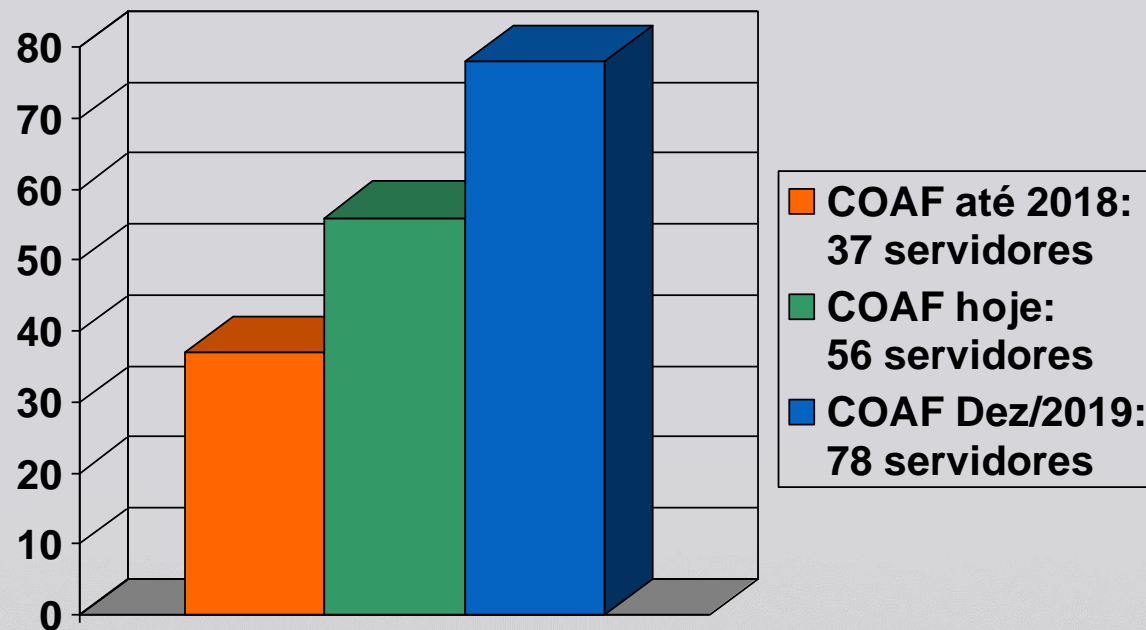
Processo Digital



- O COAF, órgão administrativo criado pela Lei 9.613/98, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, foi transferido do extinto Ministério da Fazenda para o MJSP, com o intuito de **fortalecer** institucionalmente a **Unidade de Inteligência Financeira (UIF)** do Brasil, aprimorando suas capacidades e ampliando seus recursos.
- **A MP 870 não alterou as atribuições ou o funcionamento do órgão**, mantendo-se o modelo de UIF administrativa, modelo adotado pela maioria das UIF do mundo.

Fortalecimento Institucional – COAF

Aumento do quadro de servidores



Criação de duas novas áreas

Coordenação-Geral de Operações Especiais

Com o objetivo de coordenar a atuação integrada de forças-tarefa e órgãos de persecução penal em casos de grande relevância, tais como crime organizado, lavagem de dinheiro e grandes esquemas de corrupção;

Coordenação-Geral de Articulação Institucional

Com o objetivo de aprofundar e aperfeiçoar as relações com entidades nacionais e internacionais, de forma integrada com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

- O MJSP é autoridade central administrativa federal do Estado Brasileiro no âmbito da Cooperação Jurídica Internacional, de forma que a permanência do COAF na pasta, além de **garantir a integração, fortalece e confere maior *expertise*** na sua atuação.

O COAF investiga pessoas comuns ou setores?

- **NÃO.** E também não comenta ou divulga nenhum caso concreto em específico. As informações produzidas pelo COAF são de **inteligência**, protegidas por **sigilo legal** e contêm indícios que são encaminhadas às autoridades competentes para a **adequada investigação**, conforme previsto em lei.

Atuação contra terrorismo

- Aprovação da Lei 13.810/2019 pelo Congresso Nacional: fato importante que evitou sanções ao Brasil no âmbito do GAFI/FATF (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo);
- Referida lei implicou um **fortalecimento da cooperação internacional para o combate à lavagem de dinheiro, ao terrorismo e ao seu financiamento, com o congelamento de ativos de terroristas, e combate à proliferação de armas de destruição em massa.**